PLANO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

MUNICÍPIO DE GOUVEIA

MUNICÍPIO DE GOUVEIA
Região Beiras e Serra da Estrela
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
O Lugar Comum
Fundo Asilo, Migração e Integração 2030
Cofinanciado pela União Europeia
Os Fundos Europeus mais próximos de si.

Plano Municipal de Integração de Migrantes

Maio de 2026, Gouveia

Autoria: O Lugar Comum Lda.

André Saramago (Coord.),

Ana Santos, Susana Carvalho, Pedro Sancho, Rinkal Sidhdhapara, Dounya El Kord.

O principal objetivo é que todos tenham ferramentas para se autonomizar e construir o seu próprio caminho.

Associação de Beneficência Popular de Gouveia

Conteúdos

Mensagem do Presidente da Câmara Municipal de Gouveia 4

Agradecimentos 6

1. **Enquadramento** **7**
   Abordagem metodológica 7

2. **Caracterização do município de Gouveia** **9**
   Retrato do município 9
   Contexto sociodemográfico 10
   Contexto económico 11
   Dinâmicas sociais e fatores que condicionam a integração 12
   Matriz SWOT 15
   Áreas de trabalho a reforçar 16

3. **Plano Municipal de Integração de Migrantes** **17**
   Uma estratégia intermunicipal concertada 17
   A operacionalização da estratégia intermunicipal 18
   Gouveia, Sustentabilidade e Inclusão 19
   Plano de Ação Municipal 2026/2027 20
   Propostas de projetos 2028/2029 28
   Estrutura de governança 29

Glossário **31**

Referências **33**

Mensagem do Presidente da Câmara Municipal de Gouveia

Gouveia é um concelho com uma identidade e tradições fortes, marcado pela riqueza do seu património natural e cultural, pela qualidade de vida e pela proximidade entre pessoas e instituições. É também um território que enfrenta grandes desafios demográficos e económicos, mas que encontra na chegada de novos residentes uma oportunidade para construir um futuro mais dinâmico e sustentável.

A integração de migrantes representa, por isso, um estímulo e uma oportunidade para o nosso concelho. A diversidade de culturas, experiências e competências contribuem para dinamizar a economia, responder às necessidades do mercado de trabalho e enriquecer a vida social e cultural da nossa comunidade.

É neste contexto que surge o primeiro Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Gouveia, um instrumento que traduz o compromisso do Município com o acolhimento, a inclusão e a igualdade de oportunidades. Mais do que um documento orientador, pretende ser uma ferramenta prática para identificar necessidades, mobilizar recursos e desenvolver respostas que facilitem a integração de quem escolhe Gouveia para viver e trabalhar.

A elaboração deste Plano contou com a participação de instituições, empresas, serviços públicos, pessoas migrantes e outros agentes locais. Este trabalho permitiu reconhecer as potencialidades do concelho, nomeadamente a experiência das escolas na gestão da diversidade cultural e a força da nossa rede de parceiros sociais, mas também identificar desafios relacionados com a habitação, a mobilidade, o acesso aos serviços, a aprendizagem da língua portuguesa e a integração profissional.

Queremos que Gouveia seja um concelho onde todos se sintam acolhidos, respeitados e parte da comunidade. Para isso, é essencial garantir oportunidades, valorizar competências, promover o diálogo intercultural e incentivar a participação ativa de todos na vida local.

Durante o período de implementação de 2026 e 2027, este Plano permitirá desenvolver ações concretas nas áreas do acolhimento, emprego, qualificação, participação cívica e convivência intercultural. A articulação com o Plano Intermunicipal para a Integração de Migrantes da Região Beiras e Serra da Estrela será igualmente importante para partilhar experiências, reforçar parcerias e encontrar soluções conjuntas.

Acredito que a integração se constrói com proximidade, diálogo e compromisso. Cabe ao Município, em conjunto com as instituições, as empresas e toda a comunidade, criar condições para que cada pessoa possa desenvolver o seu projeto de vida, contribuir para o desenvolvimento local e sentir que pertence a Gouveia.

Com este Plano, damos mais um passo na construção de um concelho mais inclusivo, solidário e preparado para o futuro, onde a diversidade é valorizada e todos têm lugar.

O Presidente da Câmara Municipal de Gouveia

Jorge Abrantes Cardoso Ferreira

Agradecimentos

A elaboração do Plano Municipal de Integração de Migrantes de Gouveia só foi possível graças ao financiamento do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI) e a um trabalho de proximidade, articulado com a Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela (CIMRBSE), o Município de Gouveia e os diversos atores locais envolvidos. Expressamos o nosso sincero reconhecimento a todos os que contribuíram para este processo.

Agradecemos, em primeiro lugar, à CIMRBSE pelo enquadramento, apoio e pelo papel facilitador na articulação entre municípios e na aproximação a entidades de âmbito supramunicipal relevantes para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradecemos igualmente ao Município de Gouveia, em particular à Senhora Vereadora Ana Cláudia Martins, ao ponto focal municipal e às equipas técnicas dos serviços municipais — designadamente na área da ação social — pelo compromisso, disponibilidade e papel central na dinamização e acompanhamento do processo.

Agradecemos ainda às entidades locais que participaram em entrevistas, reuniões de trabalho e momentos de auscultação comunitária, nomeadamente ao Agrupamento de Escolas de Gouveia, à Fundação D. Laura dos Santos, à ABPG - Associação de Beneficência Popular de Gouveia e à ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela, pelo contributo essencial à construção deste plano.

Por fim, agradecemos a todos os cidadãos, portugueses e estrangeiros, que participaram no encontro comunitário, partilhando experiências e contributos fundamentais para um plano mais próximo da realidade do território.

A todos, um bem-haja pelo compromisso e pela vontade de contribuir para um concelho mais acolhedor, inclusivo e com futuro.

1. Enquadramento

O presente Plano Municipal de Integração de Migrantes de Gouveia é um instrumento de trabalho orientado para responder, de forma organizada e realista, aos desafios e oportunidades colocados pela presença crescente de população imigrante no concelho. O documento parte do reconhecimento de que Gouveia dispõe hoje de importantes ativos para enfrentar os desafios do futuro: uma localização privilegiada à entrada da Serra da Estrela, caracterizada pela elevada qualidade ambiental e pelo valor do seu património natural. A identidade do concelho, historicamente ligada aos lanifícios, projeta-se hoje como um pólo de cuidados continuados e apoio social, sustentado por uma rede de parcerias locais consolidada e próxima. Estas valências são reforçadas pela experiência do setor educativo na gestão da diversidade cultural e pela dinamização de projetos estruturantes que funcionam como motores para a integração social e económica. Num contexto de acentuado envelhecimento populacional e necessidade de renovação demográfica, a integração de migrantes, que no concelho já inclui perfis altamente qualificados, assume-se como uma oportunidade estratégica para reforçar o desenvolvimento local, dinamizar a economia e enriquecer a vida cultural e comunitária.

Ao longo do documento são apresentados o enquadramento do concelho, os principais desafios identificados, os recursos e respostas já existentes, bem como os eixos estratégicos e ações previstas para o período de implementação de 2026/ 2027. Mais do que um documento técnico, este plano pretende ser uma base prática para orientar a ação do município e dos seus parceiros, reforçando a coordenação local e contribuindo para um território mais inclusivo, mais coeso e mais preparado para o futuro. É importante mencionar que este é o primeiro Plano de Integração de Migrantes desenvolvido pelo Município e que deve ser lido em conjunto com o Plano Intermunicipal de Integração de Migrantes da Região Beiras e Serra da Estrela.

Abordagem metodológica

A elaboração do Plano Municipal de Gouveia integrou um processo comum aos municípios da CIMRBSE, pensado para garantir uma base de trabalho partilhada, mas com adaptação à realidade local. O plano foi construído de acordo com os seguintes princípios de ação:

- Evidência: apoio à tomada de decisão sustentada em informação quantitativa e qualitativa robusta e atualizada;
- Participação: promoção do envolvimento ativo de instituições públicas e privadas, migrantes e comunidade local ao longo de todo o processo;

- Interculturalidade e coesão social: promoção do diálogo intercultural e valorização da diversidade como fator de desenvolvimento territorial;
- Coerência: alinhamento com o Pacto Global para as Migrações e políticas públicas nacionais, regionais e locais;
- Articulação e sustentabilidade: garantia de impacto a médio e longo prazo através da articulação intermunicipal e da complementaridade de recursos entre os 15 municípios que constituem a CIMRBSE.

Este processo organizou-se em três momentos principais: preparação, diagnóstico e construção do plano.

Numa primeira fase, de preparação e mobilização, foi constituída a equipa de trabalho, envolvendo a CIMRBSE, a entidade executora e o município. Foram também identificados os principais atores locais e feito um primeiro levantamento dos recursos e respostas existentes no território. Em paralelo, foram definidos os instrumentos de trabalho que orientaram as fases seguintes, incluindo:

- Identificação de atores-chave e contactos locais;
- Levantamento inicial de serviços, projetos e recursos;
- Preparação dos instrumentos de recolha de informação.

A segunda fase correspondeu ao diagnóstico, combinando análise de dados com recolha de contributos no município. Por um lado, foram analisados dados estatísticos e documentos já existentes (INE, Pordata, AIMA, Segurança Social, diagnósticos sociais, entre outros). Por outro, foram promovidos vários momentos de escuta e auscultação local, nomeadamente:

- Reuniões com responsáveis políticos e equipas técnicas municipais;
- Entrevistas a entidades com intervenção no território (serviços públicos, IPSS, empresas e associações);
- Encontro comunitário com participação de migrantes e comunidade local.

Este trabalho permitiu construir uma leitura mais completa da realidade local, cruzando dados objetivos com o conhecimento de quem intervém no contexto local e com a experiência das próprias comunidades.

Por fim, numa terceira fase, procedeu-se à construção do plano, a partir da informação recolhida. Foram definidos os principais eixos de intervenção e estruturado o plano de ação municipal, assegurando a sua articulação com o Plano Intermunicipal. O processo terminou com a validação junto do executivo municipal, garantindo o alinhamento com as prioridades locais.

2. Caracterização do município de Gouveia

Retrato do município

Gouveia é um município conhecido pela sua localização privilegiada à entrada da Serra da Estrela e pela qualidade ambiental do seu território. Tem uma tradição industrial ligada aos lanifícios e um património cultural muito valorizado. Afirma-se como um laboratório de inovação social, com um forte compromisso com a igualdade de género e políticas de inclusão.

Área
300,61 km²

Número de freguesias
16

População residente em 2021 e 2024
12.237 | 12.301

Saldo populacional entre 2021 e 2024
Positivo
Natural -537 | Migratório +601

Proporção aproximada da população de nacionalidade estrangeira (2021)
6% | 784

Nacionalidades mais representativas (NPTs) (2021)
Angola, Brasil, Estados Unidos da América

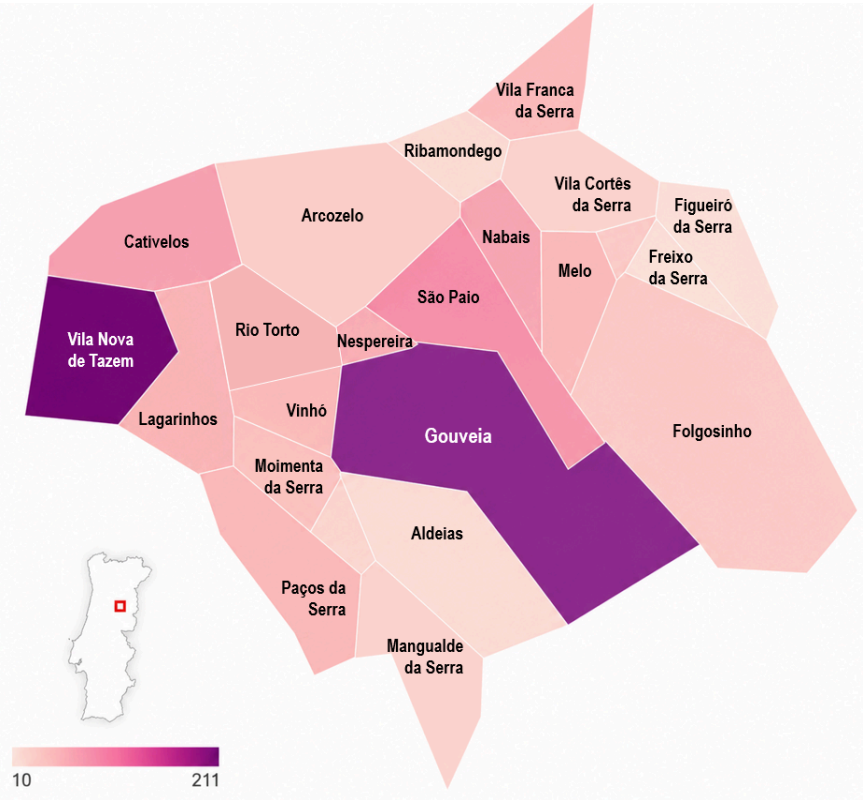


Figura 1. Distribuição por freguesia da população estrangeira (2021)

Contexto sociodemográfico

A caracterização sociodemográfica de Gouveia evidencia um concelho marcado pela perda de população e pelo envelhecimento acentuado, à semelhança de outros territórios do interior. Ainda assim, registam-se sinais recentes de renovação demográfica associados à chegada de novos residentes e a fluxos migratórios positivos que estão contribuir para atenuar estas tendências.

De acordo com os Censos de 2021, o concelho de Gouveia tinha 12.237 habitantes, tendo perdido, nos últimos 60 anos, cerca de 51,5% da sua população. Só entre 2011 e 2021, o concelho perdeu aproximadamente 12,5% dos residentes. As maiores quebras verificaram-se entre os 0 e os 14 anos e entre os 25 e os 64 anos, evidenciando a saída de crianças, jovens famílias e população em idade ativa.

O envelhecimento da população é de facto um dos traços mais marcantes do território. Gouveia apresenta um índice de envelhecimento de 411,5, o que significa que existem mais de 411 idosos por cada 100 jovens — um valor mais do dobro da média nacional, colocando o concelho entre os mais envelhecidos da Região Beiras e Serra da Estrela e do país. Cerca de 38% da população, ou tem 65 ou mais anos.

A evolução recente da população tem vindo a refletir-se também no contexto escolar: Entre os anos letivos de 2012/2013 e 2021/2022 perderam-se 463 alunos, reflexo direto da quebra demográfica. Por outro lado tem-se verificado um aumento do número de alunos estrangeiros assim como da diversidade de origens. A nacionalidade mais representada é a brasileira, mas há estudantes oriundos de São Tomé e Príncipe, Reino Unido, República Democrática do Congo, Alemanha, Angola, Venezuela, Chile, Paraguai, Ucrânia, Marrocos, Argentina, Noruega, França, Espanha, Bulgária e Camarões. Esta diversidade evidencia que Gouveia se tem vindo a afirmar como um território cada vez mais multicultural.

Esta tendência acompanha os dados migratórios mais recentes. Desde 2019, o concelho apresenta saldo migratório positivo, sendo que o melhor resultado ocorreu em 2023, com um ganho de 281 pessoas.

Os dados de 2021 revelam ainda uma situação relevante: apenas 204 pessoas tinham estatuto legal de residente estrangeiro, mas existiam 784 residentes nacionais de outros países. Esta diferença pode indicar situações de dupla nacionalidade, retorno de filhos de emigrantes portugueses, processos de regularização em curso ou outras formas de enquadramento administrativo. Também se identificam situações de vulnerabilidade social entre a população migrante. Dos 132 agregados beneficiários do Rendimento Social de Inserção no concelho, sete correspondem a famílias migrantes oriundas da Alemanha, Nigéria, Brasil, Bulgária, Países Baixos e Reino Unido.

Em síntese, Gouveia enfrenta um quadro demográfico exigente, marcado por envelhecimento e perda populacional prolongada. No entanto, a entrada recente de novos residentes e o aumento da diversidade cultural indicam uma possível mudança de trajetória. A capacidade de fixar estas famílias e criar condições de integração será determinante para transformar a migração num fator de revitalização do território.

Contexto económico

O contexto económico de Gouveia combina uma forte presença no setor dos serviços, em particular no setor do cuidado, com rendimentos abaixo da média nacional e uma crescente necessidade de trabalhadores. O concelho encontra-se num processo de reajustamento económico, após o declínio da indústria dos lanifícios, procurando reinventar-se através da inovação rural, da atração de novos residentes e do melhor aproveitamento do seu capital humano.

O setor terciário constitui o pilar central da economia de Gouveia, empregando mais de 70% do total de pessoas empregadas. Este setor apresenta uma composição dual: por um lado, os serviços de natureza económica, onde se destacam o comércio e reparação de veículos, o alojamento e restauração, e por outro lado, as instituições de economia social como as IPSS e Lares de idosos.

O setor secundário, ligado à indústria e construção, empregava 888 pessoas (22% da população empregada) e o setor primário empregava diretamente 246 pessoas (cerca de 6%). O setor primário é bastante relevante a nível empresarial, representando 18,6% das empresas não financeiras (245 unidades), o que confirma a ligação da agricultura e da floresta à identidade económica do concelho.

Esta estrutura reflete a transição da identidade económica de Gouveia que se tem vindo a afirmar como um polo de especialização em cuidados continuados e apoio social. A Câmara Municipal e a rede de IPSS — que integra 22 lares distribuídos pelo território — assumem-se como os principais empregadores locais, sendo fundamentais para a vitalidade económica do concelho. Ainda assim, este setor enfrenta falta crónica de trabalhadores, sobretudo em funções de cuidado direto.

A mão de obra migrante tem vindo a assumir um papel crescente na resposta a essa escassez de trabalhadores. Apesar deste contributo, persistem desafios na integração laboral. Muitos migrantes chegam com qualificações em áreas administrativas ou técnicas, mas enfrentam dificuldades no reconhecimento dessas competências, acabando frequentemente por exercer funções abaixo da sua formação. A este fator somam-se obstáculos como a fragilidade da rede de transportes públicos e dificuldades nos processos de regularização, nomeadamente no acesso a NIF e NISS, que condicionam a entrada no mercado de trabalho formal.

Outra prioridade passa pela qualificação da população desempregada e dos jovens, preparando-os para contextos mais exigentes e ligados à digitalização. Neste âmbito, destaca-se o papel do CLDS 5G "InteGrar", que aposta na capacitação de migrantes e desempregados através de ações de formação e qualificação, procurando reduzir o desajuste entre competências disponíveis e necessidades do mercado.

Ao mesmo tempo, pretende-se sensibilizar empregadores para práticas de recrutamento mais inclusivas, envolvendo migrantes, pessoas com deficiência e jovens à procura do primeiro emprego, contribuindo para responder à escassez de mão de obra. Por fim, mantém-se a aposta no empreendedorismo local, com o apoio à criação do próprio emprego e de microempresas como forma de fixar população e gerar valor acrescentado no território.

Dinâmicas sociais e fatores que condicionam a integração

Gouveia combina condições de vida valorizadas, como segurança, tranquilidade e proximidade à natureza, com desafios estruturais que condicionam a integração de novos residentes. Apesar de continuar a atrair população, a fixação duradoura depende da forma como dimensões como habitação, mobilidade, saúde, educação e funcionamento dos serviços se traduzem em experiências concretas no dia a dia.

a) Habitação e condições de conforto

De forma geral, o concelho apresenta preços de habitação mais acessíveis do que grandes centros urbanos, o que constitui um fator de atração relevante. No entanto, o mercado de arrendamento é reduzido e a oferta escassa, com a habitação social totalmente ocupada e sem vagas disponíveis. Ao mesmo tempo, o parque habitacional é envelhecido — mais de metade dos edifícios foi construída antes de 1980 — o que se reflete em problemas de isolamento térmico e baixa eficiência energética. Exemplos concretos incluem o uso frequente de lareiras abertas (28,11%) como principal fonte de aquecimento e a existência de cerca de 9% de habitações sem qualquer sistema de aquecimento, o que agrava o desconforto nos meses de inverno.

As respostas sociais existentes, como a Loja Social, ajudam a mitigar situações de maior vulnerabilidade, fornecendo bens essenciais como roupa ou mobiliário. Ainda assim, para famílias migrantes, estas limitações traduzem-se em dificuldades reais: escassez de casas para arrendar, custos adicionais com energia e, por vezes, acesso a habitação pouco adequada às condições climáticas locais, o que pode comprometer a fixação.

b) Mobilidade e acessibilidade

A mobilidade é um dos principais constrangimentos do território. A forte dependência do automóvel (68,9% da população) contrasta com a reduzida utilização de transporte coletivo (13,2%), refletindo uma rede pública limitada e pouco adaptada às necessidades diárias.

Existem algumas respostas, como o serviço de transporte flexível Mobiflex.BSE, que funciona a pedido (por exemplo, às terças e quintas-feiras), o circuito urbano "Estrelinha" e o transporte escolar. No entanto, estas soluções apresentam limitações concretas: necessidade de marcação prévia, horários restritos e dificuldade de utilização por parte de população idosa ou migrante, muitas vezes associada a barreiras linguísticas e digitais.

Para os migrantes, o impacto é direto. A ausência de viatura própria dificulta o acesso a emprego (sobretudo por turnos), a serviços de saúde ou a formação, podendo levar a situações de isolamento e dependência de redes informais de transporte.

c) Saúde e acesso a cuidados

O acesso à saúde constitui um fator determinante para a qualidade de vida e integração da população. Embora o último Diagnóstico Social do concelho tenha identificado fragilidades ao nível dos cuidados de saúde primários, nomeadamente a existência de cinco vagas por preencher em Medicina Geral e Familiar, esta situação conheceu uma evolução positiva recente, com a contratação de quatro novos médicos, reforçando significativamente a capacidade de resposta dos cuidados de saúde primários. Mantém-se, contudo, a necessidade de deslocação a hospitais de referência, como os da Guarda ou da Covilhã, para um conjunto de cuidados especializados, num contexto em que as limitações de mobilidade continuam a constituir um desafio.

Do ponto de vista social, estas limitações afetam sobretudo populações mais vulneráveis e envelhecidas, mas têm também impactos específicos na população migrante. A ausência de NISS ou dificuldades nos processos de regularização podem atrasar o acesso a cuidados de saúde, enquanto o desconhecimento do funcionamento do sistema e as barreiras linguísticas podem aumentar a dependência de respostas de emergência ou de apoio local.

d) Educação e integração de crianças e jovens

A escola assume um papel central na integração, funcionando como espaço de inclusão e construção de relações. Em Gouveia, existem condições positivas, como a participação dos alunos em atividades culturais (por exemplo, teatro) e a presença de

três psicólogos no agrupamento escolar, o que reforça a capacidade de acompanhamento.

No entanto, surgem desafios concretos. A aprendizagem da língua portuguesa continua a ser uma barreira para muitos alunos, nomeadamente de origem ucraniana ou venezuelana, podendo atrasar a integração escolar.

Por outro lado, existem situações específicas, como famílias do Reino Unido ou dos Países Baixos que optam por ensino doméstico, o que pode gerar isolamento e levar à intervenção da CPCJ em casos de risco.

A escola revela-se, assim, simultaneamente uma oportunidade de integração e um espaço que exige atenção contínua, sobretudo em contextos de diversidade cultural crescente.

e) Funcionamento dos serviços e barreiras administrativas

Gouveia dispõe de uma rede social ativa e relativamente bem articulada. A implementação de modelos de proximidade, como o trabalho conjunto com a Fundação Dona Laura dos Santos (no âmbito do SAAS) e com a ABPG (gestão do RSI), permite um acompanhamento mais próximo das famílias e uma melhor identificação de necessidades.

Existem também respostas concretas no terreno, como a Loja Social, que apoia famílias com alimentação, roupa ou mobiliário, sendo particularmente relevante para migrantes recém-chegados em situação de carência.

Apesar destes pontos fortes, persistem fragilidades. Em alguns serviços públicos, como Finanças e Segurança Social, é referida uma baixa adaptabilidade no atendimento, sobretudo quando existem dificuldades linguísticas ou burocráticas. Processos como a obtenção do NISS são frequentemente morosos, criando atrasos no acesso ao emprego formal e a direitos sociais.

Como resposta, surgem oportunidades estratégicas importantes, como o CLDS 5G “InteGrar”, que prevê iniciativas concretas como os balcões móveis “100% Consigo”, aproximando os serviços das populações, e ações de diálogo intercultural para promover convivência e reduzir barreiras sociais.

Para os migrantes, estas dimensões são determinantes: dificuldades administrativas, barreiras linguísticas e experiências negativas no acesso a serviços podem comprometer percursos de integração, mesmo num território com alguma capacidade institucional instalada.

Matriz SWOT

Avaliação estruturada dos fatores internos e externos que influenciam a capacidade de acolher e integrar imigrantes desenvolvida a partir da análise de entrevistas com atores-chave e do encontro comunitário com imigrantes residentes no concelho.

Forças Características relevantes	**Fraquezas** Desafios descritos
• Rede de parcerias locais consolidada e próxima (Fundação Laura Santos com a APPG; ADRUSE, Casa do Povo de Vila Nova de Tazem e Município, entre outras). • Setor da construção com resposta habitacional associada ao emprego. • Experiência consolidada do agrupamento escolar com diversidade cultural. • Rede de IPSS diversificada, com respostas sociais diferenciadas e elevado potencial de empregabilidade. • Valorização do envolvente natural, com espaços verdes e tranquilidade. • Presença de uma comunidade migrante altamente qualificada.	• Dificuldade em identificar e acompanhar população migrante fora do circuito institucional. • Inexistência de habitação social e escassez de oferta habitacional acessível. • Rede de transportes públicos insuficiente ou inexistente, limitando a mobilidade e acesso ao emprego e serviços. • Barreiras linguísticas e ausência de mediação intercultural nos serviços. • Constrangimentos no ensino doméstico (incumprimento de requisitos legais e dificuldades de integração escolar).
Oportunidades Ideias discutidas	**Ameaças** Preocupações expressas
• Potencial de criação de um ponto local de apoio ao migrante, promovendo respostas integradas e proximidade. • Dinamização do CLDS 5G como motor de integração social e económica. • Potencial de envolvimento das famílias migrantes na vida escolar. • Valorização do setor social como eixo estratégico de integração e empregabilidade.	• "Efeito trampolim": dificuldade de fixação e saída para centros urbanos. • Dificuldade na atração e fixação de jovens. • Irregularidade forçada pela demora nos processos da AIMA. • Risco de isolamento social e invisibilidade de algumas comunidades. • Desmotivação da população imigrante dado o desajuste entre as exigências de reconhecimento de competências e o valor da oferta de emprego.

Áreas de Trabalho a reforçar

No município de Gouveia, os principais desafios na atração e integração de migrantes centram-se na escassez de habitação acessível e inexistência de habitação social, nas limitações da rede de transportes públicos, nas barreiras linguísticas e administrativas — nomeadamente nos processos de regularização — e no desajuste entre qualificações e oportunidades de emprego, dificultando a fixação duradoura da população.

Perante este contexto, torna-se prioritário reforçar um conjunto de áreas estratégicas. Apresentam-se de seguida essas áreas, acompanhadas de exemplos de ações possíveis de implementar:

- Acolhimento, habitação e mobilidade: melhorar o acesso a serviços e articulação entre respostas locais (ex.: execução da Estratégia Local de Habitação; mobilização de imóveis; reforço do Mobiflex e circuitos urbanos; criação de ponto local de apoio; melhoria da informação acessível);
- Emprego, qualificação e dinamização económica: reforçar estratégias de adequação entre competências e mercado de trabalho (ex.: reforço das ações do CLDS 5G "InteGrar"; sensibilização de empregadores; apoio ao empreendedorismo; reconhecimento de qualificações);
- Participação cívica e associativismo: reforçar iniciativas de promoção da cidadania ativa e envolvimento comunitário (ex.: iniciativas como "ComUnidade Ativa" e "Cidadania Ativa e Responsável"; encontros comunitários; envolvimento na vida escolar e local);
- Coesão social e interculturalidade: promover iniciativas de convivência inclusiva (ex.: iniciativas interculturais; ações de sensibilização; Balcão Móvel "100% Consigo"; atividades comunitárias).

No Plano de Ação encontram-se refletidas as medidas que já dispõem de financiamento assegurado.

3. Plano Municipal de integração de Migrantes

Enquadramento – Uma estratégia intermunicipal concertada

O presente Plano Municipal de Integração de Migrantes (PMIM) insere-se num quadro mais amplo de planeamento estratégico territorial, funcionando em estreita articulação com o Plano Intermunicipal de Integração de Migrantes da Comunidade Intermunicipal (PIMIM) das Beiras e Serra da Estrela (CIMRBSE). Mais do que um instrumento isolado, este plano insere-se numa estratégia intermunicipal que procura responder de forma integrada aos desafios da integração de migrantes e, simultaneamente, às dinâmicas demográficas que marcam o território. Com efeito, a Região Beiras e Serra da Estrela enfrenta há várias décadas um processo de perda populacional e envelhecimento acentuado, parcialmente mitigado pelo crescimento recente da população estrangeira, que assume hoje um papel determinante também na revitalização económica e demográfica do território. Neste contexto, a integração de migrantes deixa de ser apenas uma dimensão social, passando a constituir um eixo estratégico de desenvolvimento territorial.

A abordagem adotada assenta numa dupla ambição: 1) integrar melhor os residentes migrantes já presentes no território, garantindo condições dignas de acolhimento, acesso a serviços e participação plena na vida comunitária; 2) atrair e fixar novos residentes, reforçando a capacidade da Região Beiras e Serra da Estrela para se afirmar como espaço de oportunidades, capaz de responder a necessidades de mão de obra, dinamizar setores económicos e contrariar tendências de despovoamento.

Para concretizar esta visão, foi delineada uma estratégia de médio prazo (4 anos), estruturada em cinco eixos estratégicos interligados, que procuram estruturar um trabalho consistente e incremental na área da integração de migrantes. Estes eixos, bem como as linhas de ação são comuns ao Plano Intermunicipal e a 14 Planos Municipais[1], ainda que no caso dos Planos Municipais nem todas as linhas de ação sejam desenvolvidas durante o período 2026/2027. Em seguida apresentam-se os cinco eixos estratégicos:

1. Ecossistema de Acolhimento: garantir condições estruturais de acolhimento, assegurando acesso à habitação digna, informação clara e serviços públicos capacitados e articulados;

2. Emprego, Qualificação e Dinamização Económica: promover a integração no mercado de trabalho, alinhando competências com necessidades do território e valorizando o contributo económico dos migrantes;

[1] Apesar de a Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela (CIMRBSE) integrar 15 municípios, o presente processo abrange 14, não incluindo o município do Fundão por este dispor já de um Plano Municipal de Integração de Migrantes consolidado. Ainda assim, a sua experiência constitui uma referência estruturante para o território, tendo sido considerada no desenho da estratégia intermunicipal, que prevê a sua participação ativa em iniciativas e dinâmicas conjuntas.

3. Participação Cívica e Associativismo: reforçar a participação ativa das populações migrantes na vida comunitária através do associativismo, redes locais e aprendizagem da língua;

4. Coesão Social e Interculturalidade: promover uma convivência intercultural positiva, valorizando a diversidade, combatendo a discriminação e reforçando o sentimento de pertença;

5. Conhecimento, Aprendizagem e Monitorização: produzir conhecimento contínuo e monitorizar as políticas, garantindo a melhoria das respostas e a adaptação às dinâmicas do território.

A operacionalização da estratégia intermunicipal

Em termos operativos, a estratégia é concretizada através de um conjunto de atividades de caráter intermunicipal e municipal,e que estão incluídas no Plano de Ação Intermunicipal (2026/2027) e nos Planos de Ação Municipais (2026/2027) de 14 dos 15 municípios que integram a CIMRBSE e participaram neste processo. Estas atividades correspondem a ações com financiamento assegurado, seja através de projetos de cariz intermunicipal, seja por via de projetos municipais, ou de instrumentos como os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS). Com este conjunto de iniciativas pretende-se criar as condições de base para uma resposta estruturada, que se ambiciona consolidar e reforçar nos anos seguintes.

Nesse sentido, e como orientação estratégica, são igualmente identificados um conjunto de projetos estruturantes a submeter a financiamento para o período subsequente (2028/2029), com o objetivo de aprofundar e consolidar as respostas desenvolvidas, reforçando o modelo de acolhimento e integração de migrantes na Região Beiras e Serra da Estrela.

Um dos elementos-chave da operacionalização da estratégia intermunicipal é a organização do território em clusters intermunicipais, concebidos como unidades funcionais de cooperação, implementação e aprendizagem. Esta abordagem permite estruturar a intervenção de forma mais eficiente, promovendo a especialização funcional dos territórios, a partilha de responsabilidades e o ganho de escala. A definição dos clusters não segue uma lógica administrativa rígida, nem limita a intervenção dos municípios, resultando antes de uma leitura estratégica do território, baseada nas valências existentes, nos projetos em curso, nas infraestruturas disponíveis, na capacidade técnica instalada e nas prioridades identificadas ao longo do processo participativo levado a cabo.

Os clusters assumem, assim, uma dimensão de responsabilidade partilhada, permitindo que os municípios que os integram assumam papéis mais ativos na dinamização de determinadas áreas temáticas, funcionando como pontos de

referência para os municípios vizinhos. Esta lógica favorece a proximidade, a circulação de conhecimento e o apoio entre territórios, contribuindo para uma implementação mais consistente e territorialmente equilibrada da estratégia, ao mesmo tempo que potencia a complementaridade e a articulação entre diferentes níveis de ação. Apresenta-se a seguinte proposta de clusters intermunicipais, a qual deverá ser discutida, ajustada e validada com os executivos municipais:

- Cluster 1 – Ecossistema de Acolhimento (Almeida, Celorico da Beira, Fundão, Guarda, Trancoso);
- Cluster 2 – Emprego, Qualificação e Dinamização Económica (Covilhã, Guarda, Mêda, Seia);
- Cluster 3 – Participação Cívica e Associativismo (Gouveia, Manteigas, Sabugal, Seia);
- Cluster 4 – Coesão Social e Interculturalidade (Belmonte, Fornos de Algodres, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel);
- Cluster 5 – Conhecimento, Aprendizagem e Monitorização (Almeida, Covilhã, Manteigas, Trancoso).

Gouveia, Sustentabilidade e Inclusão

A integração de Gouveia no Cluster 3 justifica-se pela capacidade institucional instalada e por uma rede de parcerias locais consolidada e próxima, que privilegia o trabalho em rede entre o município e as diversas instituições do território.

O concelho dispõe de instrumentos operativos estratégicos, como o projeto CLDS 5G "InteGrar", que dedica eixos específicos ao desenvolvimento social e à capacitação comunitária. Entre as ações previstas neste âmbito, destacam-se a "ComUnidade Ativa", orientada para a promoção do dinamismo local e do associativismo, e a "Cidadania Ativa e Responsável", que visa estimular a participação e intervenção cívica dos cidadãos, garantindo que estes conheçam os seus direitos e deveres.

Adicionalmente, e o lema escolhido assim o reflete, a experiência do setor educativo na gestão da diversidade cultural e o potencial de envolvimento das famílias migrantes na vida comunitária reforçam o perfil de Gouveia como um território facilitador da construção de pertença. A escala de proximidade do concelho, onde o conhecimento mútuo favorece a autonomia das famílias, posiciona Gouveia como uma unidade funcional ideal para a partilha de responsabilidades e aprendizagem em torno da participação cívica.

Plano de Ação Municipal 2026/2027

Eixos/ Objetivo estratégico	**Atividades**	**Indicadores** Metas	**Prazo**	**Fonte de financiamento**	**Responsável**	**Observações**
Eixo 1 Ecossistema de Acolhimento Criar condições estruturais de acolhimento que garantam acesso à habitação digna, informação clara e serviços públicos capacitados e articulados.	**Linha de ação 1.1. Informação acessível sobre serviços e traduzida para migrantes**					
	Guia intermunicipal de acolhimento: Divulgação através de Pontos de Informação Digital: QR codes espalhados pelo território (estações, juntas, escolas, serviços)	min. 20 pontos de Informação digital	2027	FAMI	CIMRBSE/ Município	Está prevista a elaboração de um Guia intermunicipal pela equipa técnica intermunicipal, que necessitará dos inputs de cada município. A divulgação da mesma será feita nos vários serviços municipais e entidades da rede social.
	Encaminhamento para acompanhamento jurídico individual (regularização, trabalho, proteção social)	min. 15 encaminhamentos	2027	FAMI	CIMRBSE/ Município	A CIMRBSE dispõe de uma equipa de apoio jurídico, cujos contactos serão facultados aos técnicos de atendimento e acompanhamento no município.
	Linha de ação 1.2. Reforço dos serviços públicos através da mediação intercultural					
	Pertenço (Acolhimento): Criação de uma rede de apoio/suporte entre migrantes e serviços locais e nacionais (CLAIM, Município, ISS)	4 ações de apoio; 8 migrantes	2027	CLDS	Município	A meta é de 8 ações de apoio e 15 migrantes como destinatários, até 2029.
	Balcão Móvel 100% Consigo: Atendimento psicossocial itinerante nas freguesias para encaminhamento a serviços e portais governamentais	Cobertura de todo o território; 15 pessoas	2027	CLDS	Município	A meta é atingir 30 destinatários, até 2029. Incluir população migrante como destinatária da ação.
	Família em Foco:Acompanhamento de proximidade via gestores de caso com intervenção integrada	1 Programas de Educação Parental (12 sessões e 15 pessoas)	2027	CLDS	Município	A meta é de 2 Programas de Educação Parental (24 sessões); 30 pessoas destinatários, até 2029.

Eixos/ Objetivo estratégico	**Atividades**	**Indicadores** Metas	**Prazo**	**Fonte de financiamento**	**Responsável**	**Observações**
	Super-Heróis, Pequenos Saudáveis: Workshops, rastreios e sessões de promoção da saúde	15 ações; 210 crianças e jovens	2027	CLDS	Município	A meta é de 30 ações (workshops, rastreios, sessões de informação) e alcançar 420 crianças e jovens, até 2029.
	Todos Diferentes, Direitos Iguais: Mentoria para sucesso educativo e acompanhamento psicossocial	5 ações; 20 crianças e jovens	2027	CLDS	Município	A meta é de 10 ações (5 sessões mentoria; 2 animação comunitária; 3 momentos) e alcançar 40 crianças e jovens, sobretudo provenientes de agregados familiares com baixos rendimentos, até 2029.
	Acompanhamentos personalizados por mediadores interculturais	50 acompanhamentos	2027	FAMI	CIMRBSE	Os mediadores interculturais da CIMRBSE estarão disponíveis para auxiliar os serviços no acompanhamento/ mediação.
	Linha de ação 1.3. Capacitação técnica dos serviços públicos					
	Webinars por áreas temas/instituições	2 webinars	2027	Portugal 2030	CIMRBSE/ Município	O Município poderá propor à CIMRBSE 2 webinars na temática relacionada com a integração de migrantes.
	Linha de ação 1.4. Criação de mecanismos de articulação intermunicipal no acolhimento					
	Sessões de trabalho (online) dos Clusters e rede de pontos focais municipais	2 sessões	2027	CIMRBSE	CIMRBSE	O Município deverá co-organizar com outros membros do Cluster 2 sessões online para partilha de experiências.
	Elaboração de um diretório de Recursos e profissionais de referência (serviços, mediadores, respostas habitacionais, associações, cursos de português, etc.)	1 diretório	2026	FAMI	CIMRBSE	Todos os municípios elaborarão os seus que serão depois partilhados entre todos.

Eixos/ Objetivo estratégico	**Atividades**	**Indicadores** Metas	**Prazo**	**Fonte de financiamento**	**Responsável**	**Observações**
	Apoio e participação de técnicos municipais no Projeto A+I Ecossistema: Descobrindo novos cidadãos	3 Bootcamps; n.d.	2027	PT Inovação social	O Lugar Comum/ Município	A+I Ecossistema é um projeto orientado ao fortalecimento do acesso ao funcionamento dos serviços públicos através de ferramentas de inteligência artificial.
	Linha de ação 1.5. Desenvolvimento de soluções de habitação para acolhimento e apoio à autonomização					
	Levantamento municipal de potenciais edifícios públicos disponíveis para reconversão em alojamentos coletivos/ centros de acolhimento/ apartamentos de autonomização	1 Levantamento	2027	n.d	CIMRBSE	Está previsto um levantamento intermunicipal, para futura candidatura a projetos europeus para a criação de infraestrutura de habitação coletiva.
Eixo 2 Emprego, Qualificação e Dinamização Económica Promover a integração laboral, assegurando condições de trabalho justas e potenciando o contributo da migração para a economia regional.	**Linha de ação 2.1. Adequação entre perfis/competências e oportunidades (match emprego-trabalhador)**					
	Mapeamento de competências e encaminhamento para o Gabinete Intermunicipal de Emprego e Integração	1 mapeamento	2026	n.d	CIMRBSE / Município	Está prevista a criação do Gabinete Intermunicipal de Emprego e Integração, que articula orientação profissional, mapeamento de competências e ligação a empregadores, promovendo o encaminhamento para emprego e qualificação.
	Eu... Participo: Sensibilização de entidades empregadoras para o recrutamento inclusivo e combate à segregação.	4 sessões de informação; 50 empresários e entidades	2027	CLDS	Município	A meta é de 8 sessões de informação e 100 empresários/entidades envolvidos, até 2029.
	Eu... Encontro": Disponibilização de informação sobre emprego e autoemprego, apoio personalizado na construção de um Projeto Profissional Orientado (PPO).	3 ações de sensibilização/informação;	2027	CLDS	Município	A meta é de 60 pessoas em situação de desemprego (10 pessoas à procura do 1º emprego; 20 desempregados de longa duração (DLD);

Eixos/ Objetivo estratégico	**Atividades**	**Indicadores** Metas	**Prazo**	**Fonte de financiamento**	**Responsável**	**Observações**
	Técnicas de autodiagnóstico de competências e a criação de canais de proximidade com empresas através de encontros ou tertúlias.	30 pessoas em situação de desemprego (5 à procura do 1.º emprego, 10 DLD e 15 NDLD)				30 desempregados há menos de 1 ano (NDLD) até 2029. Incluir população migrante como destinatária da ação.
	Organização de mesas redondas em articulação com empresários	2 mesas	2027	FAMI	CIMRBSE/ Município	
	Linha de ação 2.2. Orientação, formação e qualificação para o trabalho					
	Encaminhamento de candidatos para o Gabinete Intermunicipal de Emprego e Integração para orientação profissional à população migrante (procura de emprego e formação; etc.)	n.d	2027	FAMI	CIMRBSE/ Município	Está prevista a realização de workshops de orientação profissional.
	Eu… Vou": Levantamento dinâmico de ofertas formativas e orientação individual para qualificação	2 ações informativas; 30 beneficiários	2027	CLDS	Município	A meta é de 1 base de dados; 4 ações informativas; 60 pessoas em situação de desemprego (inclui migrantes), até 2029.
	Eu… Construo: Oficinas de capacitação em competências transversais, motivação e cidadania digital para desempregados.	8 ações de capacitação; 25 pessoas em situação de desemprego (DLD, NDLD e 1º emprego)	2027	CLDS	Município	A meta é de 50 pessoas em situação de desemprego (10 pessoas à procura do 1º emprego; 25 desempregados de longa duração (DLD); 15 desempregados há menos de 1 ano (NDLD), até 2029. Incluir população migrante como destinatária da ação.
	Formação especializada em literacia digital	min. 15 formandos	2027	FAMI	CIMRBSE	

Eixos/ Objetivo estratégico	**Atividades**	**Indicadores** Metas	**Prazo**	**Fonte de financiamento**	**Responsável**	**Observações**
	Linha de ação 2.5. Promoção do empreendedorismo migrante					
	"Eu... Realizo": Acompanhamento, desenvolvimento e encaminhamento de ideias de negócio	6 ações info; 2 ações geração ideias; 2 visitas inspiração; 15 pessoas em situação de desemprego	2027	CLDS	Município	A meta é de 6 ações info; 2 ações geração ideias; 2 visitas inspiração e até 2029 e alcançar 15 pessoas em situação de desemprego (2 pessoas à procura do 1º emprego; 3 desempregados de longa duração (DLD); 10 desempregados há menos de 1 ano (NDLD), até 2029. Incluir população migrante como destinatária da ação.
	Academia Empreende: Mostra de Educação/Emprego, bootcamps e sessões de "Marca Eu"	10 sessões; 1 bootcamps; 30 Jovens e Pessoas em Idade ativa	2027	CLDS	Município	A meta é de 20 sessões; 1 Mostra; 2 bootcamps; 65 Jovens e Pessoas em Idade ativa, até 2029. Incluir população migrante como destinatária da ação.
	Elaboração e divulgação de brochuras com informações sobre os incentivos de base territorial ao empreendedorismo (em conjunto como Gabinete Intermunicipal de Emprego e Integração)	n.d.	2027	FAMI	CIMRBSE	
	Linha de ação 2.6. Promoção de direitos laborais de trabalhadores migrantes através de formação específica a empregadores e trabalhadores, bem como de mecanismos de vigilância proativa					
	Sessões de sensibilização a trabalhadores migrantes (documentação, direitos, contratos, etc.)	min. 20 trabalhadores	2027	FAMI	CIMRBSE	Ação em colaboração com o Gabinete Intermunicipal de Emprego e Integração.

Eixos/ Objetivo estratégico	**Atividades**	**Indicadores** Metas	**Prazo**	**Fonte de financiamento**	**Responsável**	**Observações**
Eixo 3 Participação Cívica e Associativismo Reforçar a participação ativa das populações migrantes na vida comunitária através do associativismo migrante.	**Linha de ação 3.1. Criação de espaços para participação cívica**					
	Encontros comunitários participativos	2 encontros; min. 20 participantes	2027	FAMI	CIMRBSE	
	Juventude com Atitude: Organização de Fóruns para aproximação de jovens aos decisores locais e incentivo ao associativismo juvenil.	5 ações; 60 crianças e jovens	2027	CLDS	Município	A meta é 10 ações (4 oficinas; 2 inic. direitos; 3 ações campo; 1 fórum); 120 crianças e jovens, até 2029. Incluir população migrante como destinatária da ação.
	ComUnidade Ativa: Dinamização da Mostra Associativa anual para dar a conhecer a missão das instituições à comunidade.	2 Mostras Associativas; 8 Instituições/Associações	2027	CLDS	Município	A meta é 4 Mostras Associativas; 15 Instituições/Associações, até 2029. Incluir população migrante como destinatária da ação.
	"Eu… Pertenço": Estratégias de acolhimento e integração, criação de redes de suporte, ensino da língua portuguesa, dinamização da Semana da Interculturalidade e promoção da cidadania ativa	4 ações de apoio e 1 ação de sensibilização; 15 migrantes	2027	CLDS	Município	A meta é 8 ações de apoio (capacitação e integração) e 2 ações de sensibilização e 15 migrantes, até 2029. Ação transversal: Garante o acolhimento inicial e articulação com serviços como CLAIM e AIMA (ligação ao seu Eixo 1) e foca na capacitação para a empregabilidade e sensibilização de empresas para recrutamento inclusivo (ligação ao seu Eixo 2).
	Cidadania Ativa e Responsável: Criação de espaço virtual para dúvidas e fóruns de esclarecimento itinerantes	2 ações itinerantes; 1 fóruns; 25 pessoas	2027	CLDS	Município	A meta é a realização de 5 ações itinerantes; 2 fóruns de esclarecimento; 50 pessoas, até 2029. Incluir população migrante como destinatária da ação.
	Linha de ação 3.3. Aprendizagem da língua portuguesa					

Eixos/ Objetivo estratégico	**Atividades**	**Indicadores** Metas	**Prazo**	**Fonte de financiamento**	**Responsável**	**Observações**
	Desenvolvimento de programa de aprendizagem da língua portuguesa não formal em contexto real em coordenação com equipa e formadores intermunicipais	min. 15 participantes	2027	FAMI	CIMRBSE	
Eixo 4 Coesão Social e Interculturalidade Promover uma convivência intercultural positiva, combatendo discriminação e reforçando o sentimento de pertença.	**Linha 4.1. Valorização da diversidade cultural**					
	Todos Diferentes, Direitos Iguais: Momentos de interação comunitária baseados na diversidade cultural (artes e gastronomia)	2 momentos; 40 crianças e jovens	2027	CLDS	Município	A meta é a realização de 4 ações e 80 crianças e jovens.
	Linha de ação 4.2. Sensibilização e combate ao racismo e discriminação					
	Produção de 8 pacotes de informação e campanhas nos media locais valorizando o contributo migrante	8 pacotes de informação; 120.000 pessoas alcançadas	2027	FAMI	CIMRBSE	
Eixo 5 Conhecimento, Aprendizagem e Monitorização Produzir conhecimento contínuo sobre as migrações no território e garantir a monitorização e melhoria das ações e políticas públicas.	**Linha de ação 5.1. Produção de evidência para apoio à decisão para municípios e CIMRBSE**					
	Recolha e sistematização de dados: Base de dados incluindo participantes nas atividades, avaliações de atividades, empresas, conteúdos formativos, etc	n.d.	2027	FAMI	CIMRBSE	
	Linha de ação 5.2. Monitorização contínua das medidas implementadas					
	Formação e mecanismos de trabalho da Comissão de acompanhamento intermunicipal	Lista de Integrantes da Comissão; Reuniões trimestrais	2027	FAMI	CIMRBSE	

Eixos/ Objetivo estratégico	**Atividades**	**Indicadores** Metas	**Prazo**	**Fonte de financiamento**	**Responsável**	**Observações**
	Linha de ação 5.3. Integração da participação de migrantes nos processos de monitorização					
	Envolvimento de representantes migrantes na comissão de acompanhamento intermunicipal Realização de momentos periódicos de consulta (grupos focais, sessões participativas)	Lista de representantes de migrantes da Comissão	2027	FAMI	CIMRBSE	
	Linha de ação 5.4.Partilha estruturada e disseminação de boas práticas					
	Visitas interserviços/intermunicipais, para conhecimento direto de práticas e respostas implementadas Webinars temáticos, com partilha de experiências e soluções entre municípios e parceiros Produção de conteúdos digitais (ex: podcast, vídeos curtos) ou formatos simples (guias, fichas, relatórios) para disseminação de práticas e experiências	2 sessões de articulação por cluster	2027	CIMRBSE	CIMRBSE	
	Linha de ação 5.5. Aposta em especialização na captação de fundos					
	Identificação de avisos de financiamento (Centro 2030, FAMI, etc.), criação de lista estruturada de projetos intermunicipais, estabelecimento de parcerias estratégicas e desenvolvimento inicial de projetos conjuntos e candidaturas para financiamento.	≥2 parcerias estratégicas estabelecidas; ≥1 projeto por cluster com ficha técnica desenvolvida	2027	Municípios envolvidos nos diferentes Clusters		Estruturação de projetos com potencial de aprovação e implementação em ciclos de financiamento subsequentes, nomeadamente no período 2028–2030.

a) Iniciativas complementares relevantes para o PMIM

O Plano de Ação 2026/2027 deverá dialogar e articular com atividades previstas em outros instrumentos de planificação municipal. Cabe particular relevância as orientações estratégicas e acções previstas no Plano Municipal de Desenvolvimento Social:

- Eixo 1 – Execução da Estratégia Local de Habitação / 1.º Direito; Medidas municipais de apoio à fixação e qualidade de vida (ex. Gouvijovem; Gouveia + Solidária); Rede de Alojamento de Emergência; Loja Social; Plano Concelhio de Saúde; Plano de Capacitação da Rede Social; Núcleo Local de Garantia para a Infância (NLGI);
- Eixo 4 – PMIND – Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação;PIPSE –Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar.
- Eixo 5 – Plano "Retrato da Saúde Mental".

Propostas de projetos (2028/2029)

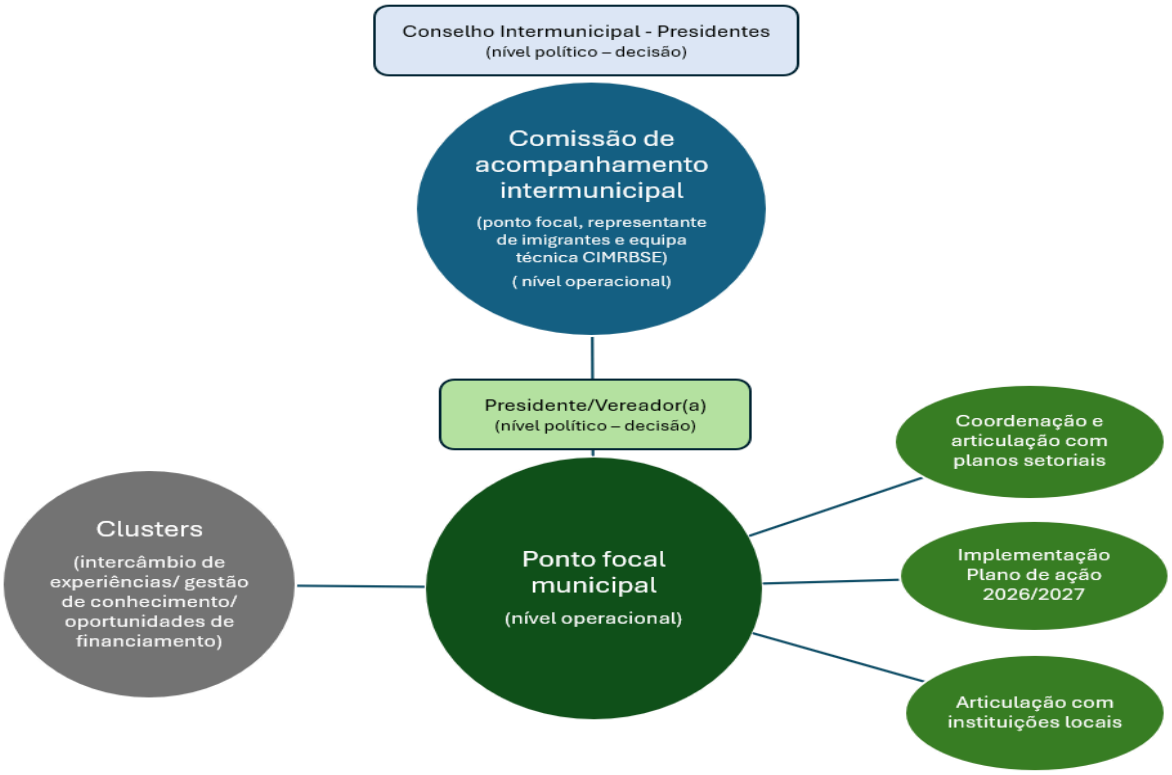
Durante a execução dos Planos de ação 2026/2027 está prevista a elaboração de propostas de projetos a apresentar a instituições financiadoras para execução na seguinte fase. Estas propostas poderão ser apresentadas pela CIMRBSE, ou por grupos de municípios agregados, consoante as prioridades e interesse dos municípios.

- Programa Intermunicipal de Mediação Intercultural;
- Programa sobre o uso de inteligência artificial nos serviços públicos do ecossistema de atendimento;
- Programa de reforço de valências e serviços do Gabinete Intermunicipal de Emprego e Integração;
- Programa de formação e desenvolvimento profissional, com criação de rede de apoio a trabalhadores do setor dos cuidados (IPSS, lares, entre outros);
- Projeto “Competências em Rede” (UBI / Instituto Politécnico da Guarda / Centros Qualifica e setor empresarial);
- Parcerias entre empregadores e municípios para mobilidade intermunicipal (trabalhadores sazonais);
- Sessões de informação sobre incentivos e financiamento; oficinas de criação de negócio (modelo, marketing); mentoria com empresários locais; apoio na formalização de negócios; ligação a incubadoras locais;

- Incentivos à criação e formalização de associações de migrantes; sessões de capacitação; sessões de orientação com associações existentes (ex.: Associação de Apoio Brazuca e Amigos, Mesquita do Fundão);
- Criação de grupos locais (bairro/freguesia); plataforma simples de entreajuda (ex.: WhatsApp ou aplicação); parcerias com paróquias e associações (ex.: projetos de hortas comunitárias, Feira "Troca a Tod@s"); envolvimento de comunidades religiosas; bolsa intermunicipal de facilitadores comunitários/voluntários.

Estrutura de governança

A nível municipal será identificado um responsável político e um ponto focal municipal, assegurando o enquadramento estratégico e a operacionalização do plano 2026/2027. O ponto focal municipal assumirá um papel central na dinamização, acompanhamento e implementação das ações, garantindo a articulação com os serviços municipais, parceiros locais e restantes atores do território. Este deve funcionar como um pivot na relação com outros departamentos municipais e na articulação com os planos setoriais, potenciando sinergias e complementaridade entre as ações a desenvolver.



.Figura 2. Estrutura de governança PMIM

Será valorizada a experiência dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) assegurando uma abordagem integrada no acompanhamento de pessoas migrantes.

A nível intermunicipal será criada uma comissão de acompanhamento e avaliação, composta pelos pontos focais municipais e por representantes da população estrangeira. Esta estrutura reunirá de forma semestral, com o objetivo de partilhar resultados, alinhar estratégias de implementação e de disseminação de boas práticas, promovendo uma atuação mais coordenada e participada à escala intermunicipal. Esta comissão contará com o acompanhamento da equipa técnica da CIMRBSE.

A este nível de coordenação intermunicipal ganham particular importância os Clusters, entendidos como mecanismos que facilitam o intercâmbio de experiências, a gestão do conhecimento e o desenho de novas propostas para financiamento externo. Neste sentido, os pontos focais municipais deverão em conjunto com os restantes membros de cada Cluster reunir periodicamente para discutir avanços, oportunidades e planificar sessões de socialização com os restantes municípios da CIMRBSE.

Glossário

AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo.

ABPG – Associação de Beneficência Popular de Gouveia.

ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela.

CIMRBSE – Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela.

CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes.

CLDS 5G – Contrato Local de Desenvolvimento Social (5.ª Geração) – Projeto "InteGrar".

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

DLD – Desempregados de Longa Duração.

EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza (European Anti-Poverty Network).

Ecossistema de Acolhimento – Conjunto articulado de serviços, instituições e respostas locais que facilitam a chegada, instalação e integração de novos residentes.

FAMI – Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração.

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional.

INE – Instituto Nacional de Estatística.

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social.

NDLD – Desempregados há menos de 1 ano (Não Desempregados de Longa Duração).

NIF – Número de Identificação Fiscal.

NISS – Número de Identificação da Segurança Social.

NLGI – Núcleo Local de Garantia para a Infância.

NLI – Núcleo Local de Inserção.

PIIM – Plano Intermunicipal de Integração de Migrantes.

PIPSE –Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar.

PMIM – Plano Municipal de Integração de Migrantes.

PMIND – Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação.

PPO – Projeto Profissional Orientado.

RIFA – Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo.

RSI – Rendimento Social de Inserção.

SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social.

UBI – Universidade da Beira Interior.

Referências

- Agência Integração, Migrações e Asilo (2024). Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2023. Lisboa.
- Agência Integração, Migrações e Asilo (2025). Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2024. Lisboa.
- Alto Comissariado para as Migrações (2015). Guia para a conceção de planos municipais para a integração de imigrantes. Lisboa.
- Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela (2021). Plano Estratégico da CIMRBSE. Guarda.
- Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela. (2024). Carta Social Intermunicipal da CIMRBSE. Guarda.
- Comunidade Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela (2026). *Plano Intermunicipal de Integração de Migrantes (PIMIM)*. Guarda.
- Governo de Portugal (2019). Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações. Lisboa.
- IEFP (2024). *Estatísticas de Desemprego e Mercado de Trabalho: Município de Gouveia.*
- Instituto Nacional de Estatística (2021). Censos 2021: Resultados definitivos para o Município de Gouveia. Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2024). *Estimativas Anuais da População Residente e Indicadores Demográficos*. Lisboa.
- Município de Gouveia (2024). Diagnóstico Social do Concelho de Gouveia 2024–2028. Gouveia.
- Município de Gouveia (2024). Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Gouveia 2024–2028. Gouveia.
- Município de Gouveia (2025). Plano de Ação CLDS 5G Gouveia – Projeto InteGrar. Gouveia.
- Observatório das Migrações (2023). Relatório Estatístico de Indicadores de Integração de Imigrantes. Lisboa.
- Organização das Nações Unidas (2018). Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular.

- PORDATA (2024). Indicadores de Saldo Migratório e População Estrangeira por Município. Lisboa.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2023) - Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2022.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2023) - Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2021.

Uso de ferramentas de Inteligência Artificial

Na conceção deste plano municipal, o tratamento e a sistematização textual das atividades de consulta e análise documental foram apoiados por ferramentas digitais de apoio à escrita, nomeadamente o Chat GPT e o LM Notebook. Estas ferramentas foram utilizadas exclusivamente para fins de verificação textual e otimização da coerência e clareza do discurso, sem interferência na análise dos dados ou nas interpretações produzidas.

MUNICÍPIO DE
GOUVEIA

PLANO MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

Região
Beiras e
Serra da Estrela
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL

Município integrante do Plano Intermunicipal de Integração de Migrantes CIMRBSE.
Este plano integra a estratégia intermunicipal que promove o acolhimento e a integração de migrantes, através de uma ação concertada entre os municípios da CIMRBSE, alinhados no trabalho para um território mais inclusivo e coeso.

Fundo
Asilo, Migração
e Integração
2030

Cofinanciado pela
União Europeia

Os Fundos Europeus mais próximos de si.